



Boletim Mensal WRM / No 208 – Novembro 2014

## NOSSA OPINIÃO



Qual é a maior contradição do REDD+?

São quase dez anos de tentativas por parte de bancos, empresas, governos e ONGs para mostrar ao mundo que o REDD+ é um bom mecanismo para combater as mudanças climáticas. E o REDD+ tenderá a ser peça fundamental do novo acordo global sobre o clima, que os governos estão começando a discutir neste momento, em Lima, Peru, e cuja conclusão está prevista para 2015, em Paris. Buscando aprender, como WRM, sobre as políticas de REDD+ que já foram desenhadas e sobre os muitos projetos experimentais implantados, o que vemos é um mecanismo cada vez mais fracassado e com muitas contradições.

## COP DO CLIMA NO PERU: MAIS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS PARA OS POLUIDORES GLOBAIS



Mascarando a destruição: o REDD+ na Amazônia peruana

O Peru se converteu em um ator fundamental em termos de políticas destinadas a evitar o crescente desmatamento das florestas. Contudo, a lógica capitalista estabelecida nas negociações climáticas internacionais, nos fundos de cooperação e no sistema político peruano faz com que os “compromissos” para “reduzir” o desmatamento sejam ameaças latentes às próprias florestas e seus povos.

O novo “Plano Geral de Florestas” da Tailândia: a velha estratégia com nova roupagem

No dia 31 de julho de 2014, o “Plano Geral de Florestas” (PGS) foi lançado pelo Comando de Operações de Segurança Interna e o Ministério dos Recursos



Naturais e Meio Ambiente da Tailândia. Não houve consulta ao público ou à sociedade civil antes da elaboração desse plano, nem qualquer tipo de referendo ou consulta pública após ele ter sido finalizado. A meta geral é “aumentar a cobertura florestal” na Tailândia, de seu nível atual de 33% do país (17,1 milhões de hectares) para 40% (20,5 milhões de hectares) dentro de dez anos. Desde o lançamento, soldados tailandeses e funcionários do Departamento Real de Florestas têm invadido comunidades com frequência e prendido os moradores.



Por que a resistência das mulheres diante da indústria de extração e das mudanças climáticas?  
É óbvio que o capitalismo se alimenta e se sustenta com a exploração dos trabalhadores, das mulheres, dos povos indígenas e da natureza. E quando se pensava que o corpo da mulher era a última fronteira do capitalismo, vemos que os limites avançam em direção a outros confins: as funções, os ciclos, os elementos e as estruturas do mundo natural. A fotossíntese, o ciclo do carbono, a geração da água, a criação de biodiversidade e outros processos que recriam a vida no planeta são agora mercadorias que podem ser submetidas a abstração, apropriação e comercialização, ou mesmo transformadas em produtos financeiros para investimento.

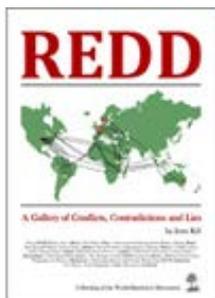


RDC: entregando terras para plantações industriais de dendê, REDD e investidores estrangeiros  
A República Democrática do Congo (RDC) tem a maior área de floresta contínua da África, que é uma das maiores do mundo. No entanto, sua alta diversidade biológica, incluindo florestas úmidas e secas, de brejo, de bambu, de manguezal e muitas outras, há séculos convivendo com povos indígenas e que dependem das florestas, está seriamente ameaçada pela expansão das plantações de dendê (palma) e dos investidores estrangeiros em geral. Além disso, as políticas climáticas relacionadas às florestas na RDC, como o REDD, representam outras ameaças às florestas e às comunidades locais ao incentivar o cultivo industrial de dendê.

## FERRAMENTAS DO WRM PARA O CÚPULA DOS POVOS EM PERU:

Por quase 20 anos, os governos dedicaram milhares de horas a inventar e discutir, adotar e justificar mecanismos que compensariam as emissões de carbono e, assim, evitariam por algum tempo a adoção da única saída possível para atacar o problema da crise climática: reduzir drasticamente as emissões, ou seja, deixar o petróleo, o carvão e o gás natural debaixo do solo. Espera-se que mecanismos de compensação como REDD+, REDD Azul e REDD em escala de paisagem, entre outros, venham a ser inseridos com força na agenda das discussões do clima em Peru, para serem integrados ao próximo tratado internacional do ONU sobre o clima. Porém, os resultados da implementação de projetos e programas tipo-REDD mostram que o REDD é uma perversa ferramenta de distração que permite continuar com o desmatamento e a extração de petróleo e, portanto, aumentar as emissões. Ela culpa

os menos responsáveis – povos indígenas e camponeses – pelo desmatamento, debilita e ameaça o direito ao território das comunidades e gera conflitos dentro dessas comunidades, entre muitos outros problemas. Diante deste momento decisivo em nível internacional, o WRM preparou três publicações que têm por objetivo difundir informações sobre o REDD para contribuir com o conjunto das organizações e movimentos sociais que estão lutando para conseguir soluções verdadeiras e se opor às falsas soluções para a mudança climática.



#### REDD: Um repertório de conflitos, contradições e mentiras

A publicação resume os problemas identificados em um conjunto de relatórios publicados sobre 14 projetos REDD. Todos mostram uma série de características estruturais que prejudicam os direitos dos povos da floresta e não abordam as crises do desmatamento e da mudança climática.



#### “Carbono Azul” e “REDD Azul”: transformando os territórios marinho-costeiros em mercadoria

Este briefing trata da promoção de iniciativas de “Carbono Azul”, também conhecidas como “REDD Azul”, uma nova tendência cujo foco está na comercialização do carbono ‘armazenado’ nos territórios marinho-costeiros, principalmente os manguezais.



#### O REDD passa das florestas às paisagens: mais do mesmo, apenas maior e com mais risco de causar danos

Esse documento aborda uma nova versão do REDD, em escala de paisagem, com a mesma característica de ser uma falsa solução à mudança climática. A “escala de paisagem” tenta abarcar as florestas e a agricultura, mantém a característica de uma proposta que vem de “cima para baixo”, focada em proteger e fomentar o agronegócio em detrimento dos povos indígenas e das comunidades camponesas.

## POVOS EM AÇÃO

- Camarões: WWF é cúmplice no abuso aos povos tribais
- Peru: Os Matsés, últimos xamãs da floresta amazônica que resistem a uma transnacional
- Índia planeja imensa expansão de plantações de óleo de dendê e põe em risco as florestas
- Três de dezembro: Dia Mundial contra o uso de Agrotóxicos!
- Gênero nos movimentos de camponesas, gênero na soberania alimentar
- Brasil: Justiça mantém liminar que suspende financiamentos do BNDES à Fibria Celulose, empresa certificada pelo FSC

## RECOMENDADOS

- A violência do carbono: os impactos das plantações para carbono da Green Resources em Uganda
- O grande jogo do REDD. É hora de abandonar o REDD arriscado, e abraçar abordagens comunitárias, que são eficazes, éticas e justas
- Hidrelétricas na Amazônia “compensando” emissões da Copa do Mundo?
- Manter a terra local: retomar a governança, tirando-la das mãos do Mercado
- Peru: Nossa luta, os povos indígenas defender seus territórios
- Brasil: Grandes proprietários, a causa do desmatamento na Amazônia

## NOSSA OPINIÃO

Qual é a maior contradição do REDD+?



São quase dez anos de tentativas por parte de bancos, empresas, governos e ONGs para mostrar ao mundo que o REDD+ é um bom mecanismo para combater as mudanças climáticas.

Buscando aprender, como WRM, sobre as políticas de REDD+ que já foram desenhadas e sobre os muitos projetos experimentais implantados, o que vemos é um mecanismo cada vez mais fracassado e com muitas contradições (veja mais informações sobre REDD+ [na página do WRM](#)).

Apesar disso, o REDD+ tenderá a ser peça fundamental do novo acordo global sobre o clima, que os governos estão começando a discutir neste momento, em Lima, Peru, e cuja conclusão está prevista para 2015, em Paris. O novo acordo deve contar com fundos para REDD+ do Banco Mundial e de agências de cooperação da maioria dos governos do Norte, para mudar legislações florestais dos países com florestas tropicais, no sentido de adequá-las a uma lógica de mercado.

Esses são motivos suficientes para que o WRM, em conjunto com um grupo de organizações e redes mundiais, fizesse [uma chamada para ação que ressaltasse a necessidade de lutar não só contra o REDD+](#), mas também contra as indústrias de extração de petróleo, gás e minério que se beneficiam em especial do REDD+, além de lutar contra o capitalismo global em geral.

Também é um bom momento para listar algumas das contradições mais graves do mecanismo do REDD+:

1. Por um lado, os promotores do REDD+ afirmam que as comunidades não serão afetadas negativamente por esses projetos, já que todos serão realizados com base no princípio do consentimento livre, prévio e informado. Por outro lado, os projetos de redução de emissões de carbono em florestas já implantados foram desenhados e definidos pelos técnicos das empresas/ONGs de carbono que os promovem, sem proporcionar às comunidades a informação adequada e completa, e sem consultá-las para saber se queriam ou não transformar sua floresta num “armazém” de carbono florestal. Para agravar, os projetos costumam criminalizar as comunidades, além de afetar sua soberania alimentar, o controle de seu território e sua autonomia.

2. Por um lado, os promotores do REDD justificam seus projetos apontando o modo de vida das comunidades que dependem das florestas tropicais como principal responsável pelo desmatamento. Por outro lado, eles costumam deixar um papel secundário para as verdadeiras causas, pelas quais são responsáveis empresas e instituições financeiras que estão por trás da construção de hidrelétricas, a agricultura industrial, atividades de mineração em grande escala, extração de gás e petróleo, etc. Para agravar, essas empresas são as que mais se beneficiam dos projetos de REDD+ através da compra de créditos de carbono e pelo fato de os projetos lhes garantirem uma imagem “verde”.

3. Por um lado, os promotores do REDD+ dizem às comunidades que vivem na área de um projeto que “conservar” carbono em sua floresta contribui para reduzir a poluição do ar e o impacto das mudanças climáticas em nível global. Por outro lado, eles não dizem às mesmas comunidades que o carbono “conservado” na floresta dá a grandes indústrias poluidoras o direito de continuar jogando mais carbono na atmosfera, e que isso, com o tempo, agravará em muito as mudanças climáticas, afetando inclusive as florestas tropicais. Em vez disso, os promotores dos projetos forçam as comunidades – que quase não emitem carbono – a mudar seu modo de vida, enquanto garantem que, com o REDD+, o “modo de vida” de grandes empresas em países industrializados possa continuar.

4. Por um lado, os promotores do REDD+ gastam mais da metade do dinheiro dos projetos com consultores para fazer cálculos e mais cálculos de quantidades de carbono que estariam supostamente presentes, hoje e futuramente, na floresta da área do projeto. Por outro lado, esses cálculos não são confiáveis, e mais: desviam ainda mais a atenção das causas reais do aquecimento global.

5. Por um lado, os promotores do REDD+ afirmam que o reflorestamento, ou seja, o plantio de árvores, pode ser também um projeto de REDD+, porque aumentaria a superfície de “florestas” no mundo e a “conservação” de carbono. Por outro lado, costumam fazer esse reflorestamento por meio de uma grande monocultura de eucalipto, com manejo industrial e mecanizado, e um ciclo curto de seis anos, com uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos a base de petróleo para abastecer fábricas de celulose.

6. Por um lado, os promotores do REDD+ afirmam que a agricultura pode ser “inteligente para o clima”. Por outro lado, eles sugerem pôr a “inteligência” em prática com a agricultura industrial usando sementes

transgênicas plantadas em forma de monoculturas em larga escala, com forte dependência do petróleo.

7. Por um lado, uma empresa de energia de um país industrializado da Europa ou da América do Norte que tenha comprado créditos de carbono de um projeto de REDD+ costuma afirmar ter documentos que comprovam que ela é dona do carbono que estaria presente numa determinada área de floresta. Por outro lado, essa floresta se localiza num país a milhares de quilômetros de distância desse suposto “dono do carbono”, sem que essa empresa tenha noção e conhecimento mínimos sobre o lugar onde “seu carbono” está “conservado” ou sobre quem têm suas raízes nesse território há muitas gerações.

8. Por um lado, o governo da Noruega dá um apoio bilionário ao Brasil para reduzir as emissões de desmatamento. Por outro, esse mesmo governo acabou de anunciar que sua empresa estatal Statoil vai perfurar novos poços de petróleo no mar do Brasil e, portanto, aumentar ainda mais o carbono na atmosfera, elevando seus lucros que ultrapassam em muito o valor repassado ao Brasil e a outros países tropicais para reduzir o desmatamento.

9. Por um lado, os promotores do REDD+ conseguiram que, nestes últimos anos, fossem gastos muito tempo e dinheiro com uma causa secundária das mudanças climáticas: o desmatamento e a degradação florestal. Por outro lado, os governos gastaram pouco tempo e dinheiro com o enfrentamento do problema principal. Para agravar, isso não ocorre por falta de conhecimento sobre o que de fato resolveria esse problema principal, isto é: deixar o petróleo, carvão e gás debaixo do solo.

10. Por um lado, os promotores do REDD+ afirmam que só será possível salvar as florestas tropicais se a humanidade lançar mão de mecanismos como o REDD+ e se enxergar o preço da natureza. Por outro, para as comunidades que dependem das florestas, elas representam uma série de valores - não apenas monetários - imensuráveis, portanto, é impossível precificar aquilo que comunidades indígenas costumam definir como sagrado.

Resta a você a difícil tarefa de escolher qual dessas seria a maior contradição do REDD+!

## COP DO CLIMA NO PERU: MAIS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS PARA OS POLUIDORES GLOBAIS

Mascarando a destruição: o REDD+ na Amazônia peruana



O Peru se converteu em um ator fundamental em termos de políticas destinadas a evitar o crescente desmatamento das florestas. Contudo, a lógica capitalista estabelecida nas negociações climáticas internacionais, nos fundos de cooperação e no sistema político peruano faz com que os “compromissos” para “reduzir” o desmatamento sejam ameaças latentes às próprias florestas e seus povos.

Durante quase 20 anos, as negociações da ONU sobre o clima consideraram o mercado de carbono como a principal bandeira para “solucionar” a mudança climática. No entanto, esse mercado permite que empresas e governos “compensem” sua poluição sem ter que reduzir as emissões que produzem. Como resultado, não apenas os gases que geram a mudança climática têm aumentado em nível global, como também grandes projetos, implementados principalmente nos chamados países do Sul para “compensar” as emissões de países e corporações do Norte, estão gerando devastação ambiental, tomada de territórios, conflitos sociais e até mesmo violação dos direitos humanos.

Sob essa lógica de “compensações”, desde 2005 se está negociando o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), bem como a conservação e o manejo sustentável das florestas e o aumento de estoques de carbono (REDD Plus ou REDD+). O governo peruano tem sido um de seus grandes promotores desde 2008.

O REDD+ impõe a lógica do mercado de carbono às florestas, atribuindo um valor monetário à capacidade que árvores, plantas e solos têm de “armazenar” carbono. Para isso, devem-se modificar os marcos jurídicos existentes relacionados às florestas e, portanto, aos territórios de comunidades indígenas e que dependem da floresta. O Peru participa de quase todos os processos internacionais que promovem o REDD+, como o Fundo Cooperativo para o Carbono Florestal (FCPF) e o Programa de Investimento Florestal (FIP, em inglês) do Banco Mundial, o Programa ONU-REDD, entre outros.

Mas a quem o REDD+ beneficia?

Documentos de preparação para o REDD+ no Peru quase sempre apontam camponeses e camponesas como os principais causadores do desmatamento, por criarem terrenos para a agricultura de subsistência. Uma análise recente usando imagens de satélite dos oito países sul-americanos que compartilham a região

amazônica, com exceção do Brasil, mostra o Peru como aquele que teve a maior perda de floresta em 2012 – um aumento de 67% em relação ao ano anterior. Mais de 65% dos territórios indígenas e 49% das Áreas Naturais Protegidas coincidem com blocos de petróleo, ao mesmo tempo em que aumentam os conflitos sociais e a criminalização dos povos. No entanto, os documentos do REDD+ não observam as causas profundas dessas altas taxas de desmatamento. Deter a extração de petróleo e gás, bem como os grandes projetos de infraestrutura – por exemplo, as megabarragens ou as plantações de monocultura de dendê – não é objeto da atenção desses documentos. Em vez de se analisarem as causas do desmatamento, ocultam-se os atores responsáveis pela destruição em grande escala na Amazônia, culpando-se os menores.

O mapa atual dos projetos de mineração no Ministério de Energia e Minas do Peru informa que, no litoral e na serra, há 50.516 concessões mineiras em vigor, enquanto 49,6% do território das comunidades na serra estão sobrepostos a concessões de mineração, forçando muitas pessoas a buscar outras terras em função de despejos forçados, poluição local, criminalização, entre outros fatores. Da mesma forma, 84% da Amazônia estão sob concessão para extração de hidrocarbonetos e, por um decreto de 2011, declarou-se a construção de 20 grandes hidrelétricas ao longo do rio Marañón como questão de “interesse nacional”. A maior parte da energia gerada será exportada para o Brasil, e o resto vai beneficiar as mineradoras da região andina. As plantações de dendezeiros (palma), por sua vez, estão avançando rapidamente na Amazônia.

Enquanto houver mais desmatamento e mais ameaças às florestas, mais projetos de REDD+ podem ser justificados. Assim sendo, sem sequer questionar o modelo extrativista, os projetos de REDD+ não só geram créditos de carbono que permitem expandir e legitimar as atividades causadoras do desmatamento e criar mercados lucrativos de especulação financeira, mas também são dependentes desse modelo.

### O processo do REDD+ no Peru

A implementação do REDD+ no Peru começou em 2009, quando ele foi eleito país-piloto dos programas do Banco Mundial que promovem fortemente os mercados de carbono: o FCPF e o FIP. Estes programas financiam, entre outras coisas, a abertura dos países do Sul aos mercados de carbono nas questões florestais. O FCPF exige a realização de uma Proposta para a Preparação de REDD+ (R-PP, em inglês) para ter acesso aos fundos. No Peru, ela foi aceita em 2011, embora falte a aprovação final. O R-PP conduz a Estratégia Nacional de REDD+ e a Estratégia Nacional de Investimento, que é elaborada no marco do FIP.

O FCPF e o FIP também recebem financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de alguns governos europeus, dos Estados Unidos e do Japão, bem como de atores privados como a gigante petroleira inglesa BP. A história nos adverte, contudo, de que esses atores têm facilitado processos causadores de desmatamento, marginalizando os povos que dependem das florestas. Assim, o BID também financia projetos destrutivos como o projeto de extração e transporte de gás de Camisea ou o zoneamento para aumentar as plantações de dendê na Amazônia. Então, se a agenda é dar continuidade a um modelo extrativista destrutivo, quais são os reais interesses em promover o REDD+ no Peru?

O polêmico projeto Camisea para extrair gás no meio da Amazônia também inclui centenas de quilômetros de gasodutos e plantas de fracionamento e liquefação, bem como portos, vias de acesso e linhas de cabos elétricos, que se sobrepõem a diversas reservas comunais, territórios indígenas e parques nacionais. O plano de expansão de Camisea coincide com a Reserva Territorial Kugapakori, Nahua, Nantiy e outras (RTKNN), onde habitam povos indígenas em várias condições de isolamento voluntário e contato inicial e que, por sua vez, é zona de amortecimento do Parque Nacional do Manu, cuja biodiversidade, segundo a UNESCO, “supera qualquer outra no mundo.”

Em dezembro de 2012, o BID deu um milhão de dólares ao governo peruano para “proteger” as reservas

indígenas em isolamento voluntário, uma categorização que, de acordo com a lei, só autoriza atividades se o governo considere elas de “necessidade pública”. Com isso, são financiados estudos para recategorizar como Reservas Indígenas cinco Reservas Territoriais, incluindo a RTKNN, expondo-as a possíveis intervenções. Sob discursos de “proteção”, o financiamento também inclui uma “Análise do desmatamento evitado das reservas de povos em isolamento voluntário ou contato inicial”. Ou seja, contabilizar o carbono “armazenado”. E especifica a busca do desenho de “um mecanismo financeiro para sua proteção por meio da venda de créditos de carbono” através de um projeto de REDD+. Em mais uma tentativa de limpar sua imagem, o banco aprovou em 2002 um empréstimo de 5 milhões de dólares para reforçar a capacidade do governo de supervisionar e monitorar “os impactos ambientais e sociais do projeto” de Camisea e estabelecer iniciativas “que permitam um desenvolvimento sustentável e harmônico em sua área de influência”. No entanto, em 2003, aprovou um empréstimo de 135 milhões de dólares a um consórcio privado, para construir os gasodutos principais de Camisea e, assim, “apoiar o componente de transporte do gás”. Em 2007, aprovou outro empréstimo de 400 milhões de dólares a um consórcio privado liderado pela estadunidense HuntOil. O REDD+, na verdade, permite-lhe garantir créditos de carbono da reserva, legitimando, por sua vez, a extração na área.

Paralelamente, a Pluspetrol, a petroleira que lidera o consórcio de Camisea, assinou em 2013 um projeto de compensação no mercado de carbono da ONU para sua refinaria. A empresa argumenta que vai reduzir as emissões da refinaria ao instalar duas unidades de recuperação de calor residual e ao evitar a instalação de fornos para aquecimento de óleo térmico e, portanto, a queima de combustível adicional. Através desse projeto, a Pluspetrol poderá gerar créditos de carbono até 2020 para comercializá-los e obter ainda mais benefícios. Os discursos de “eficiência energética” e “sustentabilidade” que a empresa defende, contudo, desmoronam diante da realidade de um megaprojeto que está causando destruição de territórios e povos do Vale do Urubamba. Além de legitimar uma petroleira, o mercado de carbono está ajudando sua expansão.

O detalhe a mais (“+”): REDD-Plus

O “Plus” inclui atividades de (1) Conservação das reservas de carbono, (2) Manejo florestal sustentável e (3) Aumento das reservas de carbono. Embora soem como boas propostas, a realidade é que essas “atividades” facilitam ainda mais a entrada de corporações e interesses privados em terras florestais.

Durante as negociações sobre o clima, em 2008, o Ministério do Ambiente (MINAM) anunciou o “Programa Nacional de Conservação de Florestas” (PNCB, na sigla em espanhol), a fim de conservar 54 milhões de hectares de florestas, incluindo áreas protegidas, concessões para ecoturismo e conservação, reservas territoriais para povos indígenas em isolamento voluntário e áreas úmidas da Amazônia, bem como reduzir o desmatamento líquido a zero até 2020. Com financiamento dos governos de Alemanha, Estados Unidos e Japão, o PNCB funciona como programa guarda-chuva, que incluiria REDD+ ao “permitir a captura de dióxido de carbono”. Com o PNCB, o governo impulsiona uma iniciativa para dar às comunidades em torno de 3,7 dólares por hectare, por ano, durante cinco anos, com o compromisso de que “vigiem” a floresta onde vivem. Os contratos, que envolvem o total de hectares de florestas das comunidades, não apenas lhes tiram a autonomia e o controle do uso de seus territórios, mas também criam conflitos entre comunidades e dentro de cada uma delas ao fazer com que elas “se vigiem” umas às outras.

A imposição de Parques Nacionais e Áreas Protegidas também implica a expulsão de populações locais. Na selva norte do Peru, por exemplo, a comunidade de Nuevo Lamas vem resistindo à Área de Conservação Regional Cerro Escalera. As autoridades do parque restringiram o acesso à floresta para caça e coleta, proibindo o sistema tradicional de rotação de culturas da comunidade. Em 2010, foram apresentadas acusações contra três de seus membros por praticar agricultura itinerante. Além de Nuevo Lamas, outras comunidades dependem dessa reserva para obter recursos vitais. Também foram apresentadas acusações

contra oito membros da comunidade de Alto Pucallpa, que só tem títulos de propriedade em torno de suas casas, por desmatar 0,25 hectare a fim de criar um pequeno campo para produzir alimentos durante suas expedições de caça e coleta. De acordo com um estudo em andamento, há pelo menos 32 comunidades com títulos de propriedade que cobrem apenas suas casas e pelo menos 13 que não foram oficialmente reconhecidas. Cerro Escalera, de 132.000 hectares, foi criada juntamente com centenas de milhares de hectares de concessões privadas para a “conservação”, concedidas a ONGs e empresas privadas.

O REDD+”, além disso, incentiva operações de corte de madeira em escala industrial, bem como plantações de monocultivo. No marco do financiamento do FIP, por exemplo, incluem-se as seguintes ações: (1) dar concessões para extração de madeira, de preferência com “certificações”, por exemplo, do Conselho de Manejo Florestal (FSC, na sua sigla em Inglês) . Isso é um forte incentivo ao corte industrial de madeira, atividade que foi muito criticada no Peru por comunidades locais, e uma das principais causas do desmatamento, (2) promover a agricultura de “carbono positivo”, como plantações de dendê, que já têm apoio estatal e internacional como alternativa às plantações destinadas ao tráfico de drogas, (3) promover plantações de monocultivos de árvores, sugerindo o plantio de 250 mil hectares em Cajamarca e Huánuco, perto de San Martín e Ucayali.

### Recriando vida?

A polêmica mina de Conga, da Newmont-Buenaventura-Banco Mundial (Mineradora Yanacocha), em Cajamarca, no norte do país, tornou-se um símbolo da luta pela proteção da água. A mina a céu aberto pretende se impor sobre uma cabeceira de bacia que abastece cinco microbacias hidrográficas, afetando mais de 600 mananciais e sob risco de perda iminente de lagoas naturais, com graves consequências para as populações. Como resultado, a mineradora oferece “recriar” as lagoas em reservatórios de água artificiais para “compensar” sua destruição. No entanto, é impossível fazer essa substituição, muito menos “compensar” a perda de lagoas naturais com reservatórios artificiais de água. As populações e os governos locais vêm fazendo intensos protestos há meses, sendo violentamente criminalizados e perseguidos. Da forma como o REDD+ gera um sistema de compensações sobre o dióxido de carbono e a poluição atmosférica, já estão sendo promovidos muitos mercados que permitiriam comercializar ou mesmo “recriar” os “serviços” oferecidos pela natureza como, neste caso, o ciclo da água. A ideia de que a destruição pode ser “compensada” é altamente perigosa e encobre mais extração e devastação.

### Uma lógica de acumulação

As bases do REDD+ estão cimentadas no mercado de carbono. O REDD+ estabelece a fragmentação de territórios em mercadorias, agora também com os “serviços ambientais”, a biodiversidade, a água, entre outros. Por mais que se tentem mudar seus objetivos, o REDD+ está sendo financiado, implementado e planejado para ser um mecanismo do mercado de carbono. Os investidores estão preocupados principalmente com o “valor” e a qualidade da mercadoria. Assim, a experiência mostra claramente que os projetos de REDD+ estabelecem pacotes de direitos de propriedade sobre árvores, plantas, florestas e solos, a ser

apropriados pelos atores do poder.

O REDD+ pretende que, ao se acrescentar um valor monetário ao ciclo do carbono, criem-se incentivos suficientes para reduzir o desmatamento, sem combater esse modelo extrativista e sem lidar com as causas subjacentes. Isso claramente não funciona. O desmatamento e a degradação florestal são movidos por uma lógica econômica de “crescimento” contínuo, que necessita da extração e, portanto, do desmatamento em grande escala e do despojo das comunidades que dependem da floresta. Essa lógica considera os ciclos e as funções naturais como mercadorias; as florestas, como plantações de árvores; os muitos “valores” da floresta, como um único “valor” monetário. Essa lógica quer que sejamos cegos diante das muitas opções disponíveis fora do capitalismo predatório. Não caiamos na armadilha desse REDD!

Este artigo é um resumo da publicação “Mascarando a destruição: REDD+ na Amazônia Peruana”, de Joanna Cabello, Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, [http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/11/Mascarando\\_a\\_destruicao.pdf](http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/11/Mascarando_a_destruicao.pdf)

---

O novo “Plano Geral de Florestas” da Tailândia: a velha estratégia com nova roupagem



No dia 31 de julho de 2014, o “Plano Geral de Florestas” (PGS) foi lançado pelo Comando de Operações de Segurança Interna e o Ministério dos Recursos Naturais e Meio Ambiente da Tailândia. Não houve consulta ao público ou à sociedade civil antes da elaboração desse plano, nem qualquer tipo de referendo ou consulta pública após ele ter sido finalizado.

O Plano de Florestas visa “resolver os problemas de destruição florestal, invasão de terras públicas e manejo sustentável dos recursos naturais”. A meta geral é “aumentar a cobertura florestal” na Tailândia, de seu nível atual de 33% do país (17,1 milhões de hectares) para 40% (20,5 milhões de hectares) dentro de dez anos.

Os três objetivos declarados do PGS são:

1. Deter a degradação das florestas e recuperar áreas florestais usadas ilegalmente como indicado na meta, dentro de um ano.
2. Estabelecer sistemas de manejo florestal eficientes, eficazes e sustentáveis dentro de dois anos.
3. Restabelecer florestas saudáveis no país em um período de dois a dez anos.

Em seu plano de ação, o PGS estabelece “zonas de crise” – áreas que o Departamento Real de Florestas (DRF) acredita que tenham um grande número de casos de invasão de florestas e extração ilegal de madeira. O norte da Tailândia abriga a maioria dessas “zonas de crise”, fazendo com que os membros das comunidades dependentes de florestas tenham medo de que, em breve, sejam tomadas medidas contra eles, se é que elas já não iniciaram. Outro aspecto problemático do PGS, principalmente para as comunidades florestais do norte da Tailândia, é que membros do DRF usarão mapas de vigilância aérea desatualizados para determinar se uma comunidade invadiu “terras do Estado”.

Além disso, o plano de ação do PGS afirma que o DRF terá de aumentar seus recursos (pessoal, veículos, armas, rádios, aparelhos de GPS, etc.) para que o plano de ação seja implementado com sucesso. O DRF apresentou um orçamento ao governo para sustentar essa solicitação.

Despejos, prisões, detenções, multas

Desde o lançamento do PGS, soldados tailandeses e funcionários do DRF têm invadido comunidades com frequência e prendido os moradores, avançando rapidamente a seus próximos alvos para evitar o confronto com outros moradores. A Federação dos Camponeses do Norte (FCN), uma rede de pequenas comunidades agrícolas tailandesas de nove províncias do norte do país, observou que o DRF tem visado em primeiro lugar as comunidades indígenas (moradores das aldeias dos povos Lisu, Lahu e Karen foram os primeiros a ser presos e receber ordens de despejo). Durante as últimas ações de repressão levadas a cabo pelos militares tailandeses e o DRF, comunidades inteiras foram despejadas, mas, desta vez, eles têm como alvos indivíduos específicos nas comunidades, o que gerou discórdia e desunião dentro delas.

De acordo com o Comando de Operações de Segurança Interna, 501 pessoas foram presas e processadas por invasão de florestas e terras públicas desde que o Conselho Nacional para a Paz e a Ordem (CNPO) tomou o poder em maio de 2014, enquanto 55 mil hectares de terra foram confiscados em 68 províncias. No Norte, mais de 200 ações judiciais foram movidas contra membros de comunidades florestais, principalmente por posse de madeira ilegal. Muitos dos acusados não entendem por que essas acusações foram apresentadas contra eles, já que consideram estar vivendo dentro das regras.

Quanto mais as coisas mudam, mais elas permanecem as mesmas...

O PGS é a mais recente de uma longa lista de tentativas do DRF e do exército da Tailândia de expulsar moradores das florestas. Por exemplo, no início da década de 1990, também após um golpe militar, o Exército e o DRF cooperaram para implementar o programa “Kho Cho Ko” (1) no nordeste do país. O projeto queria “transferir” as pessoas de áreas florestais e bacias hidrográficas “protegidas”, bem como as chamadas terras florestais degradadas. Ao todo, o projeto planejava “transferir” cerca de 6 milhões de pessoas que viviam em 9.700 comunidades florestais, tirando-as de suas casas em 1.253 áreas de floresta em toda a Tailândia. No âmbito do programa “Kho Cho Ko”, as casas dos aldeões foram demolidas e eles foram despejados à força a fim de “reflorestar” as florestas degradadas com monoculturas de árvores de rápido crescimento, como o eucalipto. Os despejos resultaram em grandes protestos por parte das comunidades afetadas, que, baseadas em informações precisas sobre os impactos do programa, finalmente forçaram o governo a suspender o programa “Ko Cho Ko” em 1992.

## Atualização

Em 9 de novembro, a FCN planejou a marcha “Caminhando pela Justiça Fundiária”, para reivindicar a interrupção do Plano Geral da Silvicultura até que fosse submetido a revisão e consulta públicas, além de apoiar a campanha “Quatro Leis para os Pobres” (2) . A caminhada, no entanto, foi interrompida pelo Exército após o primeiro grupo de agricultores ter andado nada mais do que cinco metros do local de encontro. Dois participantes – o professor de ciência política Prapart Pintobtang, da Universidade Chulalongkorn, e o membro do grupo florestal Phrae, Pisist Taja, foram presos e mantidos em um caminhão da polícia por 30 minutos antes de ser liberados. Depois de horas de negociações entre o exército tailandês e a FCN, acordou-se que a caminhada seria adiada em troca de uma reunião de negociação entre um dos principais membros do governo – o ministro do gabinete do primeiro-ministro, ML (membro da nobreza) Panadda Diskul – e representantes da FCN na sede do governo provincial de Chiang Mai, em 13 de novembro.

No dia 13 de novembro, representantes de agricultores se reuniram com Panadda Diskul e explicaram as queixas que tinham e as ameaças que enfrentavam como resultado do PGS. Ele concordou em providenciar a libertação dos 19 indígenas moradores de uma aldeia do povo Karen que ainda estavam presos na província de Mae Hongson, bem como apresentar os problemas dos agricultores às agências e autoridades competentes em Bangkok. Também foi acertado nessa reunião que o ministro de Recursos Naturais e Meio Ambiente, Gen Dapong Ratanasuwat, viria a Chiang Mai em 17 de novembro para discutir o PGS.

Antes de todos os eventos e reuniões que ocorreram em Chiang Mai durante o mês de novembro, o exército tailandês visitou membros da FCN em sua sede e os advertiu para que não levassem bandeiras, não usassem camisetas de campanha, não entoassem slogans e nem mesmo levantassem quatro dedos em apoio às “Quatro Leis para os Pobres” durante seus encontros. Enquanto as negociações estavam ocorrendo dentro da sede do governo de Chiang Mai em 13 de novembro, militares tailandeses caminharam entre os aldeões que esperavam do lado de fora e lhes ordenaram que se sentassem separados em grupos de menos de cinco pessoas enquanto esperavam.

## Considerações Finais

Na FCN, estamos de acordo com o DRF no sentido de que as florestas da Tailândia estão diminuindo e precisam ser protegidas. No entanto, as pessoas e os grupos responsáveis pela degradação contínua das terras florestais do país não são os pequenos agricultores e moradores, e sim quem especula com a terra, os resorts e os proprietários de plantações. Eles devem ser o alvo de qualquer plano do Estado para a reabilitação e conservação das áreas florestais. Em vez de implementar esquemas repressivos de “manejo florestal” que prejudicam os verdadeiros protetores das florestas, recomendamos a adoção das “Quatro Leis para os Pobres”, que visam apoiar terra comunitária e o manejo comunitário dos recursos naturais – o método mais justo e sustentável para manter as florestas e meio ambiente preciosos da Tailândia.

NPF Thailand

Email: [npf\\_thai@yahoo.com](mailto:npf_thai@yahoo.com)

(1) “Kho Cho Ko” é a sigla tailandesa para o longo nome do “Programa de Alocação de Terras Agrícolas aos Pobres que vivem em Áreas de Floresta Degradada Protegidas”

(2) Ver <http://www.landjustice4thai.org/4laws.php> para mais informações sobre esta campanha



Por que a resistência das mulheres diante da indústria de extração e das mudanças climáticas?



É óbvio que o capitalismo se alimenta e se sustenta com a exploração dos trabalhadores, das mulheres, dos povos indígenas e da natureza. E quando se pensava que o corpo da mulher era a última fronteira do capitalismo, vemos que os limites avançam em direção a outros confins: as funções, os ciclos, os elementos e as estruturas do mundo natural. A fotossíntese, o ciclo do carbono, a geração da água, a criação de biodiversidade e outros processos que recriam a vida no planeta são agora mercadorias que podem ser submetidas a abstração, apropriação e comercialização, ou mesmo transformadas em produtos financeiros para investimento.

Na prática, assim como as mulheres vêm sendo submetidas ao capital, agora também é a escravidão da natureza que permitiria uma acumulação infinita. Assim como se supõe que as mulheres saibam e devam “amar” e, portanto, encarregar-se obrigatoriamente do cuidado do lar, dos idosos, das crianças ou dos doentes – de forma gratuita, porque não é um trabalho, e sim algo intrínseco a elas – a Mãe Natureza nos oferece “serviços” ambientais, porque “sempre fez isso” e é próprio dela.

Nada disso é verdade. Por um lado, o amor por uma pessoa não pode ser usado como justificativa para que ela se torne escrava doméstica ou reprodutora de seres humanos. Da mesma forma, os dons da natureza não devem ser usados como fonte de “serviços”, anteriormente chamados de “capital natural”. Essa mudança de nome não deve ser ignorada porque representa o pressuposto de que a natureza tem bens e oferece serviços, com extrema abstração, pois já não é Um Capital Ambiental, e sim infinitas mercadorias que podem aumentar o capital monetário e financeiro.

O capitalismo não depende apenas do trabalho doméstico – gratuito – mas também de que milhões de mulheres mal remuneradas entrem no mercado de trabalho, ou seja, é um Capital Humano quase infinito. Assim, os governos costumam promover programas de mulheres empreendedoras que trabalham em casa

para que, na prática, não tenham que descuidar do trabalho doméstico nem precisem da previdência social. Por exemplo, na Amazônia, as empresas petroleiras precisam de mulheres para cuidar dos lares enquanto os homens estão trabalhando em atividades de extração de hidrocarbonetos, ou para cozinhar ou lavar roupas nos acampamentos, ou precisam de trabalhadoras do sexo em torno de suas operações. No Equador, por exemplo, as autoridades se divertem promovendo projetos sustentados por mulheres, como aqueles criados para alimentar as hordas de trabalhadores do petróleo que invadem territórios para corte e exploração sísmica. No entanto, esses postos de trabalho têm transformado as mulheres da região em servas do capital petroleiro. O mesmo ocorre com a natureza. O mercado de “serviços ambientais” se apropria das obras da natureza e as transforma em um tipo de trabalho.

Assim ocorre com os mecanismos de REDD+ e REDD++, e com os projetos desse tipo, que têm dupla oportunidade de lucro porque, por um lado, Estados, empresas e bancos compram ou vendem serviços ambientais (como o ciclo do carbono), apropriando-se da obra da natureza e, por outro lado, dispõem de comunidades que trabalham como qualquer outro estoque de mão de obra barata para cuidar de sua mercadoria, e que passam a fazer parte do mercado global. Neste último caso, também são as mulheres que cumprem um papel importante ao ser privadas de autonomia e criatividade.

Por exemplo, no caso do Equador, as mulheres e a natureza sofrem igualmente e estão submetidas a essa dupla sujeição. A superexploração do trabalho da mulher se soma à criminalização das mulheres que se submetem a um aborto, e a natureza poluída e deteriorada é cercada, seus rios são represados e ela é transformada em provedora de bens e serviços ecossistêmicos. Ambas são postas a serviço da nova matriz produtiva e de conhecimento. Esse plano de modernidade capitalista está criando novos tipos de mulheres, menos emancipadas, e novas naturezas, menos livres.

Com disciplinamento, assim como se faz com as mulheres que querem ser donas do seu futuro, o que se quer é “controlar a natureza, dominá-la, viver em harmonia com ela, mas saber controlar seus extremos, e se não, continuar sendo suas vítimas” (1). Nada mudou no pensamento modernizante desde mais de 300 anos atrás.

Mas, apesar disso, as mulheres e a natureza resistem. Na verdade, são as mulheres que estão lutando com mais força nos territórios, diante da entrada de empresas petroleiras, mineradoras ou dos serviços ambientais. Elas lutam em casa quando o marido quer um trabalho na petroleira; lutam na comunidade porque se opõem a projetos de REDD; lutam nas cidades pela democracia. As mulheres são fundamentais na resistência ao modelo de extração, são peças-chave no processo de transformação anticapitalista. Da mesma forma, a natureza está resistindo com força, manifestando-se com caos climático, enchentes, secas, etc. Devemos conversar com ela e ouvir sua mensagem.

Um exemplo de organização e resistência são as mulheres no Equador, onde, em outubro de 2014, houve uma reunião de mulheres que lutam contra a mineração e as atividades petroleiras. Dessa reunião surgiu a Declaração do Encontro de Mulheres contra Extrativismo e as Mudanças Climáticas, onde se lê:

“Não queremos alternativas de desenvolvimento que significaram a extinção de culturas e povos; esse é um desenvolvimento de morte, de destruição, com foco na exploração, principalmente do petróleo e dos minerais. Esse desenvolvimento não tem futuro, e sabemos disso porque passamos por isso há mais de 500 anos. Nós, mulheres, temos a alternativa ao desenvolvimento.

Por isso, PROPOMOS:

- recuperar a soberania alimentar
- recuperar a soberania hídrica

- recuperar a soberania energética, ou seja,
- recuperar a Mãe Terra como um nutriente para os nossos corpos e nossa gente
- produzir para gerar alimentos saudáveis para o Bom Vive

Por isso estamos lutando para que os minerais permaneçam no subsolo e que o petróleo da Amazônia continue inexplorado. Essas são as verdadeiras soluções para as mudanças climáticas e uma forma de preservar a nossa biodiversidade, que é a nossa verdadeira riqueza “(2).

Existem muitos exemplos como esses. Mulheres andam juntas, construindo solidariedades e criando formas de luta e resistência criativa e valente. É hora de as próximas negociações da ONU sobre o clima serem rejuvenescidas e feminizadas!

Ivonne Yánez, Acción Ecológica, Equador

Email: [ivonne@accionecologica.org](mailto:ivonne@accionecologica.org)

(1) Mais informação sobre REDD: <http://www.accionecologica.org/servicios-ambientes/documentos-de-posicion-de-a-e/1782-posicionsociobosque>

(2) Rafael Correa, Enlace Ciudadano 350, 30/11/2013

(3) <http://territorioyfeminismos.org/2014/10/15/encuentro-de-mujeres-frente-al-extractivismo-y-al-cambio-climatico/>

---

RDC: entregando terras para plantações industriais de dendê, REDD e investidores estrangeiros



A República Democrática do Congo (RDC) tem a maior área de floresta contínua da África, que é uma das maiores do mundo. No entanto, sua alta diversidade biológica, incluindo florestas úmidas e secas, de brejo, de bambu, de manguezal e muitas outras, há séculos convivendo com povos indígenas e que dependem das florestas, está seriamente ameaçada pela expansão das plantações de dendê (palma) e dos investidores estrangeiros em geral. Além disso, as políticas climáticas relacionadas às florestas na RDC, como o REDD, representam outras ameaças às florestas e às comunidades locais ao incentivar o cultivo industrial de dendê.

Expansão industrial do dendê na RDC

A empresa canadense Feronia Inc. é dona de algumas das maiores plantações de dendezeiros da África, na RDC. Fundada pelo fundo de cobertura (hedge) do Canadá (1) “TriNorth Capital Inc.” e pelo investidor Ravi Sood em 2008, a Feronia comprou a “Plantations et Huileries du Congo”, um conjunto de três plantações separadas, da multinacional anglo-holandesa Unilever.

Apesar de lucros iniciais altos, com um valor de mais de 100 milhões de dólares em 2011, a empresa passou a divulgar perdas e os acionistas começaram a ir embora. Como apontou um artigo da Reuters, a Feronia culpou a queda nos preços do óleo de dendê, o risco político na RDC e uma lei de terras de 2012, projetada para transformar o povo congolês em detentor majoritária das concessões de terras no país (2). Mas, em 2013, a empresa atraiu agências de desenvolvimento interessadas em suas plantações, que cobrem 107.000 hectares. Fundos de “desenvolvimento” da Grã-Bretanha, da França e da Espanha, com apoio do governo, compraram 60% da empresa por cerca de 35 milhões de dólares, resgatando-a do colapso.

Um dos investidores apoiados pelo governo disse que a injeção de capital na Feronia não deve ser vista como um resgate, e sim como um investimento de longo prazo na África. No entanto, como destaca o mesmo artigo, ativistas denunciam que a compra das plantações pela Feronia, em parte com recursos públicos, não gerou qualquer melhoria nas condições dos trabalhadores, para além de manter seus empregos. A maioria é mal paga, muitas vezes ganhando pouco mais de um dólar por dia. “Os trabalhadores estão vivendo em casas em ruínas, em péssimo estado. Há desnutrição nas comunidades próximas às plantações”, disse à Reuters Jean François Mombia, militante da RIAO-RDC, uma ONG que trabalha com os empregados das operações da Feronia.

Examinando a Feronia, nota-se mais um exemplo dos muitos que seguem uma onda de investimentos estrangeiros em terras agrícolas africanas, gerando concentração e conflitos de terras. As evidências mostram que, entre 2006 e 2012, ocorreu uma substancial perda de florestas em torno da área de concessão da Feronia. Além disso, uma visita feita pela ONG Moabi RDC (3) a uma das plantações de dendê da empresa, localizada na aldeia de Boteka, identificou os riscos de desmatamento em caso de expansão dessas plantações, considerando-se que a área de amortecimento da plantação de Boteka coincide com 23.674 hectares de floresta primária, 4.267 hectares de floresta secundária e 251 hectares de savana. Portanto, com vastas extensões de floresta tropical atravessando o equador, água doce em abundância e um clima favorável, a RDC poderia seguir o caminho de países como a Indonésia, que já tem milhões de hectares de florestas convertidas em plantações de dendezeiros, e se tornar um grande exportador de óleo de dendê.

Como a promoção do REDD também está promovendo a expansão industrial do dendê

O programa de Redução de Emissões por Degradação e Desmatamento Florestal (REDD) pretende privatizar a capacidade que árvores, solos e vegetação têm de “armazenar” dióxido de carbono. O objetivo é transformar o carbono em créditos negociáveis para que sua perda em um lugar possa ser “compensada” pelo carbono “armazenado” em outro. Na prática, isso já colocou territórios locais e indígenas sob ameaça de investidores que procuram lucrar com essa política climática.

A RDC foi o primeiro país na Bacia do Congo a receber financiamento através da Parceria para o Carbono Florestal (FCPF, em inglês) do Banco Mundial e do Programa de REDD da ONU, com vistas a preparar o país para iniciar as atividades de REDD. O país foi obrigado a criar uma estratégia nacional de REDD, uma Proposta de Preparação para “Estar Pronto” para REDD e alguns estudos sobre o potencial da RDC para o REDD.

O primeiro estudo sobre as causas do desmatamento na RDC foi lançado em 2007 pelo Woods Hole

Research Centre, com sede nos Estados Unidos. Além de avaliar o “potencial” das florestas da RDC para sequestro de carbono, esse estudo altamente controverso apontou as comunidades locais como as principais causadoras de desmatamento, enquanto minimizava o impacto de outros atores, como o corte industrial de madeira ou as plantações monocultoras. Isso foi muito criticado por organizações de povos indígenas na RDC, que exigiam o reconhecimento de seus direitos consuetudinários.

Além disso, como um passo rumo ao desenvolvimento de sua Estratégia Nacional de REDD, o governo da RDC publicou um relatório sobre o potencial do país para esse sistema em 2009, com o apoio da consultoria estadunidense McKinsey. O relatório incluía diretrizes em três seções setoriais: “extração sustentável”, incluindo corte de madeira e plantações de monoculturas; “desenvolvimento acelerado da agricultura permanente”, incluindo o desenvolvimento de uma agricultura intensiva, principalmente do cultivo de dendê; e “coordenação interministerial” (4).

Se essas orientações fossem seguidas, o impacto sobre os povos indígenas e os pequenos agricultores seria desastroso. As medidas recomendadas incluem a conversão de quase sete milhões de hectares de terras supostamente “marginais” e quatro milhões de hectares de florestas “degradadas” em plantações monocultoras para sequestrar dióxido de carbono. Atualmente, não há leis que impeçam a expansão industrial do dendê para dentro de áreas de projetos de REDD.

Porém, o governo da RDC já começou a dar início à entrega de grandes extensões de terras agrícolas a investidores estrangeiros através de “parques agrícolas empresariais”. O governo pretende interromper a dependência do país em relação à agricultura de subsistência, criando temores sobre a concentração de terras locais. O plano é vender contratos de arrendamento sobre as terras, com duração de 25 anos, ou mais, se a nova legislação for aprovada. A Africom Commodities Pty. Ltd., uma empresa sul-africana de capital fechado, está desenvolvendo o primeiro “parque do agronegócio” de 80.000 hectares, perto de Kinshasa, em parceria com o governo. A Africom já plantou 2.200 hectares de milho, e um total de 10.000 hectares será plantado até o final de janeiro de 2015. O governo planeja desenvolver 21 “parques do agronegócio”, sob o argumento de que eles proporcionariam alimento, emprego e um mercado para pequenas agricultores próximos (5). No entanto, a conversão de terras florestais da RDC em grandes fazendas monocultoras que dependem do uso de sementes e agrotóxicos transgênicos entra em conflito com a propriedade das comunidades locais e uso tradicional que elas fazem de suas terras. Organizações de associações e comunidades camponesas como Copaco e Conapac estão preocupadas, por exemplo, com que essa e outras iniciativas semelhantes, enquanto possam talvez transformar alguns dos camponeses em meros empregados, levarão basicamente a deslocamentos maciços. Elas também se preocupam com uma aceleração do processo de aquisição de terras pela elite nacional, que já começou (6).

Mais além, pelo menos quatro projetos de REDD coincidem com áreas indígenas na RDC (7). O REDD, bem como outros usos propostos para a terra, coincide com os direitos consuetudinários das comunidades locais e poderia impedir que elas tivessem acesso à floresta e a usassem. Comunidades de pigmeus, em particular, são cada vez mais vulneráveis a madeireiros, projetos extrativistas e agricultura monocultora. Seus direitos consuetudinários não são reconhecidos pelas leis da RDC, e poucos desses direitos foram mapeados.

**Plantações não são florestas!**

A expansão das plantações monocultoras na África e em outros lugares, principalmente as plantações de dendê, tem sido acompanhada por uma série de impactos sociais e ambientais negativos, como a expropriação de terras ancestrais de comunidades locais e indígenas, a poluição de fontes de água e solos agrícolas devido à contaminação por agrotóxicos, e muitos outros. Atualmente, com as políticas climáticas visando capturar o dióxido de carbono “armazenado” nas árvores, em função da possibilidade de comercializá-lo nos mercados financeiros, mais interesses e atores poderosos estão querendo entrar nessas áreas já vulneráveis. Para eles, as

árvores das monoculturas são iguais a florestas, porque o que importa é a quantidade de carbono “armazenado” nas árvores e, portanto, o lucro que podem obter com elas. Contudo, povos indígenas e os que dependem da floresta, que foram os guardiões dessas florestas durante séculos, estão resistindo em todo o mundo para proteger seus territórios diversificados.

(1) Um “hedge fund” é um veículo de investimento que reúne capital de um número de investidores e o investe em ações mobiliários e outros instrumentos financeiros.

(2) Reuters, novembro de 2014, <http://www.trust.org/item/20141112163534-sptur>

(3) Moabi DRC, <http://rdc.moabi.org/will-drc-palm-oil-plantations-cause-forest-loss/en/#5/-2.833/22.830&layers=>

(4) WRM (2011) Conservation International REDD pilot project: a different kind of Disney production, <http://wrn.org.uy/books-and-briefings/democratic-republic-of-congo-conservation-international-redd-pilot-project-a-different-kind-of-disney-production/>

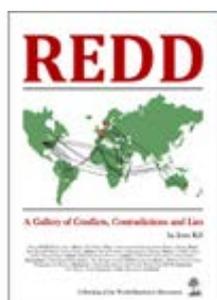
(5) <http://online.wsj.com/articles/congo-plans-to-lease-farmland-in-bid-to-bolster-food-productivity-1414506517>

(6) <http://www.southworld.net/drc-agro-industrial-parks-to-address-the-food-security-challenge/>

(7) Moabi DRC, [http://rdc.moabi.org/redd\\_risk/en/#5/-2.833/22.830&layers=moabi\\_redd\\_projects](http://rdc.moabi.org/redd_risk/en/#5/-2.833/22.830&layers=moabi_redd_projects)

---

## FERRAMENTAS DO WRM PARA O CÚPULA DOS POVOS EM PERU:



REDD: Um repertório de conflitos, contradições e mentiras

A publicação resume os problemas identificados em um conjunto de relatórios publicados sobre 14 projetos REDD. Todos mostram uma série de características estruturais que prejudicam os direitos dos povos da floresta e não abordam as crises do desmatamento e da mudança climática.

Os casos mostram que as comunidades não tem a opção quanto a dar ou negar seu consentimento ao projeto de REDD. Além disso, em muitos deles, as informações que foram dadas a essas comunidades eram distorcidas ou incompletas. Nos casos em que os projetos de REDD foram apresentados às comunidades, os proponentes do projeto fizeram muitas promessas de benefícios e postos de trabalho em troca da aceitação do projeto de REDD, mas o que as comunidades obtiveram foi assédio, restrições ao uso do território de onde obtém sua subsistência e culpa pelo desmatamento e por ter provocado a mudança climática. Em quase nenhum dos exemplos, as comunidades haviam sido informadas de que o produto que se obtém dos projetos REDD – créditos de carbono – seria vendido aos poluidores nos países industrializados, incluindo algumas das maiores empresas cuja atividade se baseia na extração de combustíveis fósseis. A agricultura camponesa, em particular a agricultura migratória, é menosprezado quando apontada como causa do desmatamento na grande maioria dos projetos de REDD, enquanto os principais causadores do desmatamento – a extração de petróleo, carvão, minérios, a infraestrutura, as grandes represas, o corte industrial de madeira e o comércio

internacional de produtos agrícolas – permanecem sem ser mencionados e abordados nas iniciativas de REDD. O REDD tampouco conseguiu garantir os direitos das comunidades a seus territórios, como mostram os 14 exemplos citados.

Se o REDD e suas variações, como o REDD Azul, o REDD em escala de paisagem, entre outras, entrarem nos futuros acordos do clima, será um desastre sem precedentes. É hora de os governos frearem esse jogo e começarem a considerar medidas reais, que abordem as verdadeiras causas do desmatamento e da mudança climática.

A publicação “REDD: Um repertório de conflitos, contradições e mentiras” está disponível

em inglês em: <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/redd-a-gallery-of-conflicts-contradictions-and-lies/>

e espanhol em <http://wrm.org.uy/es/libros-e-informes/redd-una-coleccion-de-conflictos-contradicciones-y-mentiras/>



“Carbono Azul” e “REDD Azul”: transformando os territórios marinho-costeiros em mercadoria

Este briefing trata da promoção de iniciativas de “Carbono Azul”, também conhecidas como “REDD Azul”, uma nova tendência cujo foco está na comercialização do carbono ‘armazenado’ nos territórios marinho-costeiros, principalmente os manguezais.

Publicado anteriormente como artigo no [Boletim 204 do WRM](#), o documento busca uma melhor compreensão dessa tendência, mencionando algumas das iniciativas ou projetos de “Carbono Azul” ou “REDD Azul” que já estão em curso, e os atores por trás delas. Também mostra e comenta alguns dos principais argumentos usados por esses atores. O objetivo da publicação é advertir sobre essa nova tendência e explicar por que, em vez de ajudar a resolver a crise climática, essas iniciativas tendem a beneficiar os mercados financeiros.

Ela está disponível em:

[http://wrm.org.uy/pt/files/2014/11/Carbono\\_Azul\\_e\\_REDD\\_Azul.pdf](http://wrm.org.uy/pt/files/2014/11/Carbono_Azul_e_REDD_Azul.pdf)



O REDD passa das florestas às paisagens: mais do mesmo, apenas maior e com mais risco de causar danos

Esse documento aborda uma nova versão do REDD, em escala de paisagem, com a mesma característica de ser uma falsa solução à mudança climática. A “escala de paisagem” tenta abarcar as florestas e a agricultura, mantém a característica de uma proposta que vem de “cima para baixo”, focada em proteger e fomentar o

agronegócio em detrimento dos povos indígenas e das comunidades camponesas.

Publicado anteriormente como artigo no [Boletim 204 do WRM](#), o documento visa compreender como REDD, em escala de paisagem, é a mesma ideia que REDD, apenas maior - e com o potencial de causar mais dano.

Para saber mais sobre esta nova tendência, veja o artigo em:

[http://wrm.org.uy/pt/files/2014/09/O\\_REDD\\_passa\\_das\\_florestas\\_as\\_paisagens.pdf](http://wrm.org.uy/pt/files/2014/09/O_REDD_passa_das_florestas_as_paisagens.pdf)

## POVOS EM AÇÃO



**Camarões: WWF é cúmplice no abuso aos povos tribais**

A ONG Survival International revelou graves violações sofridas pelos “pigmeus” bakas, no sudeste de Camarões, e praticadas pelos esquadrões contra a caça ilegal, apoiados e financiados pelo World Wide Fund for Nature (WWF). Os bakas estão sendo expulsos ilegalmente de suas terras ancestrais em nome da “conservação”, porque grande parte dessas terras foi transformada em “áreas protegidas” – incluindo zonas para safáris de caça. Ao invés de visar os indivíduos poderosos que estão por trás da caça ilegal organizada, funcionários encarregados do meio ambiente e soldados perseguem os bakas, que só caçam para alimentar suas famílias.

Veja o artigo completo, em inglês, aqui:

[www.survivalinternational.org/news/10456%20/](http://www.survivalinternational.org/news/10456%20/)



**Peru: Os Matsés, últimos xamãs da floresta amazônica que resistem a uma transnacional**

Os indígenas Matsés lutam para impedir que a empresa petrolífera canadense Pacific Rubiales, que pertence ao grupo Soros, destrua seu território e ponha em risco suas vidas e florestas. Um dos lotes da empresa, na fronteira com o Brasil, está em uma área proposta como Reserva Nacional para, em teoria, protegê-los. Outro de seus lotes foi demarcado em cima do território dos Matsés, do qual eles têm título de propriedade. No entanto, eles continuam lutando. “Nossos antepassados sempre nos disseram que os estrangeiros começaram os conflitos. Assim como na febre da borracha, eles vão voltar para causar conflitos entre nós. Vão e digam ao mundo inteiro que nós, os matsés, nos mantemos firmes em nossa posição contrária à empresa petrolífera. Não queremos que invada a nossa terra ...!”.

Veja a nota completa, em espanhol, aqui: <http://www.soldependo.com/los-matses-ultimos-chamanes-del-bosque-amazonico-que-resisten-a-una-trasnacional/>



Índia planeja imensa expansão de plantações de óleo de dendê e põe em risco as florestas

Enquanto a Malásia e a Indonésia produzem mais de 85% do óleo de dendê (palma) do mundo, a Índia é seu maior importador. Para impulsionar o cultivo do dendê, o Ministério da Agricultura apresentou um programa especial sobre “Expansão da Área de Dendê” em 2011-2012, que visa aumentar a produção do óleo de dendê nos 12 estados, de 50.000 para 300.000 toneladas nos próximos cinco anos. Essa expansão de plantações está dentro da Nova Política de Uso da Terra (NLUP, em inglês) do governo, que visa afastar os agricultores de sua tradicional prática da agricultura de subsistência. Mas a conversão a plantações de dendê não está apenas levando à destruição de florestas e da biodiversidade; ela também está prejudicando a soberania alimentar, o conhecimento tradicional e as práticas agrícolas dos agricultores locais.

Veja o artigo completo em inglês em: <http://news.mongabay.com/2014/1004-gfm-dasgupta-mizoram-palmoil.html#d0hLIB2iiEW5xse6.01>

Três de dezembro: Dia Mundial contra o uso de Agrotóxicos!



A data foi estabelecida pela Rede de Ação contra Pesticidas para recordar as 30.000 pessoas falecidas na catástrofe de Bhopal, na Índia, em 1984. O vazamento de 27 toneladas de gases tóxicos usados na elaboração de pesticidas também deixou milhares de pessoas com lesões físicas e no sistema nervoso. O uso de agrotóxicos está intrinsecamente ligado às plantações de monocultivos e à agroindústria, dois dos principais causadores do desmatamento e da devastação para com as populações que dependem das florestas. O WRM se une em solidariedade a esse chamado contra o uso de agrotóxicos e se soma à Campanha Continental contra os Agrotóxicos e pela Vida na América Latina, da Via Campesina/CLOC, em <http://www.cloc-viacampesina.net/pt/campanas/campana-contr-los-agrotoxicos-y-por-la-vida>, bem como à Campanha contra os Agrotóxicos e pela Vida no Brasil, em: <http://www.contraosagrotoxicos.org>. Para mais informação sobre a situação particularmente grave em Brasil – o maior consumidor do agrotóxicos do mundo e o país no Sul com maior número de plantações para celulosa – ver o

“Manifesto para o Dia Mundial de Lucha contra os Agrotóxicos”:

[http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2014/12/Campanha\\_03\\_-dezembro\\_2014-DIA-INTERNACIONAL-CONTRA-USO-DE-AGROTOXICOS.pdf](http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2014/12/Campanha_03_-dezembro_2014-DIA-INTERNACIONAL-CONTRA-USO-DE-AGROTOXICOS.pdf)

Gênero nos movimentos de camponesas, gênero na soberania alimentar

Um problema que as camponesas enfrentam é a invisibilidade nos movimentos feministas e de mulheres. Um segundo problema é a fragilidade com que o conceito de soberania alimentar tem lidado com os desafios do feminismo. A soberania alimentar é baseada na convicção de que cada povo tem o direito de tomar decisões sobre seus próprios sistemas alimentares, sobre seus próprios hábitos alimentares,



sobre sua produção, comercialização, distribuição, troca e partilha, e sobre manter alimentos e sementes na esfera pública. Se estabelecermos que a soberania alimentar é a forma como as pessoas decidem o que produzir e em que condições, nossas perguntas, do ponto de vista feminista, são: Como as pessoas tomam decisões? Quem decide como se organiza o poder? Provavelmente, na realidade, veremos que as mulheres camponesas estão em papéis secundários nas áreas de tomada de decisões.

Veja o artigo completo em inglês:

<http://upsidedownworld.org/main/international-archives-60/5110-latin-america-gendering-peasant-movements-gendering-food-sovereignty>



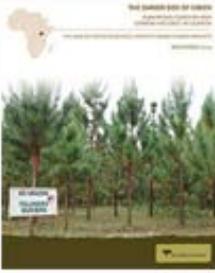
Brasil: Justiça mantém liminar que suspende financiamentos do BNDES à Fibria Celulose, empresa certificada pelo FSC

O Ministério Público Federal (MPF) do Brasil conseguiu suspender o financiamento por parte do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à Fibria, maior empresa brasileira de celulose e papel, destinado ao plantio de eucalipto em territórios de comunidades quilombolas no Norte do Espírito Santo. A Fibria é acusada de fraude na obtenção da área destinada à plantação de eucaliptos usados na produção de celulose. Vale ressaltar que a fraude, que estava sendo denunciada pela Rede Alerta contra o Deserto Verde há mais de 10 anos, não impediu que a empresa recebesse o selo FSC do “bom manejo florestal”. No processo, o MPF pede, além da devolução ao patrimônio público das terras obtidas por grilagem, que seja feita a titulação em favor de comunidades quilombolas de São Mateus e Conceição da Barra, quando comprovada sua ocupação tradicional na área. A demarcação de terras quilombolas no Brasil está paralisada há anos em função da pressão dos interesses do agronegócio brasileiro, também integrado pelo setor de produção de eucalipto para celulose.

Veja artigo completo: [http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_geral/mpf-mantem-liminar-que-suspende-financiamentos-do-bndes-a-fibria-celulose-financiamentos-do-bndes-a-fibria-celulose](http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/mpf-mantem-liminar-que-suspende-financiamentos-do-bndes-a-fibria-celulose-financiamentos-do-bndes-a-fibria-celulose)

## RECOMENDADOS

A violência do carbono: os impactos das plantações para carbono da Green Resources em Uganda



Um novo relatório do Instituto Oakland introduz o termo “violência do carbono” para descrever o impacto das operações de plantio da Green Resources, em Uganda, sobre as comunidades locais e seu ambiente. A Green Resources é uma empresa de plantações com sede na Noruega, que tem 41.000 hectares de plantações em Moçambique, Tanzânia e Uganda. As plantações da empresa, certificadas pelo FSC, são usadas para produtos de madeira e geram créditos de carbono. O relatório constatou que algo entre 8.000 e 40.000 pessoas “enfrentam profundas perturbações em seus meios de subsistência, incluindo muitas que passam por despejos forçados”. Além de perder o acesso à terra, os moradores das aldeias relatam poluição da água e da terra pelos agrotóxicos usados nas plantações.

Veja o artigo, em inglês, aqui: <http://www.redd-monitor.org/2014/11/04/carbon-violence-the-impact-of-green-resources-carbon-plantations-in-uganda/>;

e o relatório completo, em inglês, aqui: <http://www.oaklandinstitute.org/darker-side-green>



O grande jogo do REDD. É hora de abandonar o REDD arriscado, e abraçar abordagens comunitárias, que são eficazes, éticas e justas. Um relatório da Amigos da Terra analisa estudos de caso específicos que demonstram que os projetos de REDD podem facilitar, em vez de impedir, a continuação do uso de combustíveis fósseis, exacerbar as tensões sobre os direitos à terra e aos recursos, ter impactos negativos importantes sobre Povos Indígenas e comunidades locais que dependem da floresta, ameaçar a segurança alimentar e até mesmo colocar em risco as florestas. Alguns projetos de REDD também têm enfrentado dificuldades financeiras significativas, desperdiçando uma quantidade considerável de financiamento público.

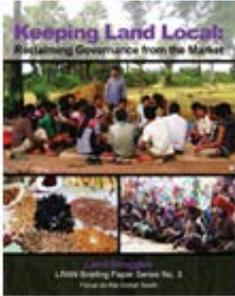
Veja relatório completo em inglês: <http://www.foei.org/wp-content/uploads/2014/09/The-great-REDD-gamble.pdf>



Hidrelétricas na Amazônia “compensando” emissões da Copa do Mundo? Um artigo do jornal “Aldeia”, produzido pela FASE Amazônia, Grupo Carta de Belém e Fórum da Amazônia Oriental, destaca a falácia, cuja raiz está no mercado de carbono, de que a energia produzida pelas hidrelétricas é “limpa”. Ou seja, que não emitiria gases poluentes. Isso ignora os muitos impactos que as megabarragens geram em termos de desmatamento, desalojamento de pessoas, abertura de estradas em áreas anteriormente inacessíveis, inundações permanentes que geram gases do efeito estufa, etc. Além disso, oferece-lhes a possibilidade de gerar créditos por meio de mecanismos de compensação do mercado de carbono. Assim, os créditos de carbono gerados por megaprojetos destrutivos, como as megabarragens, têm sido usados pelo governo brasileiro para alegar que a também destrutiva Copa do Mundo

de Futebol foi “verde”.

Acesse o jornal em português aqui: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Jornal-Aldeia-2014-Final.pdf>



Manter a terra local: retomar a governança, tirando-la das mãos do Mercado

Através de uma série de artigos, este relatório da organização Focus on the Global South denuncia como a terra, as florestas e a água estão sendo capturadas e cercadas para uma série de finalidades: agricultura industrial, plantações de árvores, energia hidroelétrica, indústria extrativa, turismo, infraestrutura física, desenvolvimento imobiliário, Zonas Econômicas Especiais e, pura e simplesmente, lucro financeiro, através da construção de novos mercados. As populações locais, em sua maior parte, perdem seus meios de subsistência, suas casas, culturas, identidades e o acesso a estoques de alimentos naturais; elas são expulsas à força ou transferidas a outros lugares, e muitas vezes, empurradas para o trabalho assalariado precário e mal remunerado. Ao denunciar essas ameaças às florestas como ameaças aos “recursos comuns globais”, a governança local poderia ser capturada por aqueles quem não têm obrigações e nem responsabilidades locais, mais uma vez, roubando das populações locais seus direitos a tomar decisões coletivas sobre as terras e os ecossistemas que nutrem suas vidas.

Veja o relatório completo em inglês:

[http://focusweb.org/sites/www.focusweb.org/files/LandStrugglesIII\\_HIRES.pdf](http://focusweb.org/sites/www.focusweb.org/files/LandStrugglesIII_HIRES.pdf)



Peru: Nossa luta, os povos indígenas defender seus territórios

O vídeo “If not us then who?” (Se não formos nós, quem será?), acompanha os eventos que se seguem ao assassinato de quatro líderes e ativistas indígenas, incluindo Edwin Chota, no Peru. Por meio de suas viúvas e amigos, aprendemos sobre sua luta permanente pela titulação de terras. Esta história é um dos muitos exemplos de Povos Indígenas defendendo a floresta e pagando com suas próprias vidas. O vídeo foi lançado juntamente com um novo relatório da ONG Global Witness, “Ambiente mortal do Peru”.

Veja o vídeo em espanhol com legendas em inglês em: <http://ifnotusthenwho.me/#>;

Ver o relatório e em inglês em:

[www.globalwitness.org/perudeadlyenvironment/docs/peru\\_deadly\\_environment\\_en.pdf](http://www.globalwitness.org/perudeadlyenvironment/docs/peru_deadly_environment_en.pdf)



Brasil: Grandes proprietários, a causa do desmatamento na Amazônia, Um estudo realizado pelo Instituto do Meio Ambiente de Estocolmo (SEI, Suécia) demonstra que a destruição da Amazônia em Brasil, freada durante quase uma década, voltou a aumentar em 2013. Em relação a pesquisas anteriores, que apontavam a expansão fronteiriça dos camponeses e pequenos pecuaristas, os maiores culpados são os grandes proprietários. “Os pequenos proprietários mantêm melhor a terra. Abrem zonas menores onde não há impacto nem efeito de borda, a zona ao redor sofre menos com a seca e se fecha mais rapidamente”, explica o pesquisador do SEI e principal autor do estudo. Os grandes pecuaristas e plantadores de soja causam 80% do desmatamento.

Veja o artigo aqui:

[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/13/ciencia/1413222640\\_280888.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/13/ciencia/1413222640_280888.html);

e veja a publicação (em inglês):

<http://www.pnas.org/content/111/43/15591.full.pdf+html>